**Curso de Extensão sobre**

**Saúde, Educação e Migração: Vulnerabilidades, Diversidade e Direitos**

**Recomendações das/os/es Estudantes**

**1. Preâmbulo**

* 1. **Informação sobre o curso de extensão: objetivos, perfil dos participantes, resultados alcançados**

O curso “Saúde, Educação e Migração: Vulnerabilidades, Diversidade e Direitos”, com duração de 60 horas, foi organizado em parceria pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e Universidade Federal de Roraima (UFRR). Esse curso é por sua vez parte integrante do curso de extensão “Redes e Trocas de Saberes com Migrantes e Refugiados em Roraima”, vinculado ao “Programa UFRR ComUNIDADE: pessoas refugiadas e migrantes da Universidade Federal de Roraima”, cuja duração total é de 120 horas, e foi realizado entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2023.

O curso de extensão teve por objetivo geral estabelecer redes e trocas de saberes nas temáticas de saúde, educação e migração, por meio de metodologias ativas e participativas na qual seus integrantes tiveram oportunidades de compartilhar experiências e saberes na direção de uma convivência intercultural baseada no respeito, no acolhimento e na reciprocidade. O curso foi direcionado, particularmente, aos alunos da graduação e pós-graduação, refugiados e migrantes e lideranças comunitárias.

O curso foi compartilhado em 3 módulos de 20 horas cada e reuniu uma ampla e diversa parceria para ministrar as oficinas, que incluiu a UFRR, agências e programas da ONU do Brasil e Venezuela, organizações da sociedade civil, institutos de formação e instituições públicas de saúde e educação.

* 1. **Questões relevantes abordadas durante o curso, incluindo os desafios e as oportunidades sobre o acesso a educação e saúde dos refugiados e migrantes.**
  + Em 2023 a migração forçada atingiu mais de 100 milhões de pessoas em todo mundo;
  + Na América, o maior impacto está visível na diáspora de venezuelanos/as com cerca de 7,2 milhões de expatriados;
  + Muitos venezuelanos estão em situação de vulnerabilidade econômica e social;
  + A crise venezuelana alcançou visibilidade mundial e suscita responsabilidade regional e internacional. Estratégias de resposta conjunta na região incluem a Operação Acolhida (Controle de fronteira, acolhimento e interiorização) no Brasil, e Plataforma Resposta para os Venezuelanos (R4V) na América Latina, que é parceira do governo federal nos três eixos estruturantes.

**EDUCAÇÃO**:

Marcos legais – convenções internacionais, tais como a Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o ODS 4 – Educação de Qualidade e a constituição federal que assegura a educação das crianças de 4-17 anos, são alguns dos marcos legais nacionais e internacionais que protegem as crianças refugiadas e migrantes.

**Algumas observações e conclusões ressaltadas durante o curso:**

* O pertencimento é a necessidade principal dos jovens numa nova cultura. A importância de a criança manter o idioma e sua cultura de origem na sua nova rotina;
* Pensar no migrante não apenas no cumprimento das leis, mas como parte de um processo social de acolhimento;
* É preciso ouvir o migrante para conhecer suas necessidades;
* É preciso explicar às famílias e estudantes o funcionamento do sistema educacional;
* O acolhimento é importante, mas não é o ideal. É preciso promover a adaptação para se chegar ao mais importante, a inclusão;
* Uma formação para o anfitrião do migrante é fundamental. Isso inclui a produção de material para orientar a pessoa anfitriã. Sendo necessários dois tipos de materiais: informativos e formativos;
* O professor precisa ter uma formação adequada com instrumentos para integrar estudantes migrantes (o conhecimento da cultura e da língua). Uma das estratégias pensadas é a sugestão de contratar professores venezuelanos;
* Há uma dificuldade maior com a educação indígena. O desafio é adaptar o sistema educacional aos jovens indígenas, e não o contrário. É sugerido que pensemos na elaboração de materiais didáticos apropriados e na contratação de intérpretes indígenas;
* A importância da aceitação e do acolhimento para o migrante por parte da escola;
* Evitar que crianças refugiadas e migrantes estejam fora da escola requer um esforço coletivo da sociedade;
* O reconhecimento de diplomas e certificados é importante para a inserção no mercado de trabalho e melhoria da renda dos refugiados e migrantes e, particularmente, das mulheres.

Algumas das barreiras que pudemos perceber em relação à educação foram as seguintes:

A dificuldade de compreensão do idioma português e a compreensão da cultura brasileira, a burocracia para se obter a documentação, o acesso à saúde, o desconhecimento e a dificuldade de atenção às leis e normas vigentes, a inclusão social de pessoas vulneráveis, o acesso aos postos de trabalho e à renda.

**SAÚDE**:

Marcos legais – Segundo a Constituição Federal o Sistema Único de Saúde (SUS) garante o acesso à saúde aos refugiados e migrantes em todo o território nacional. O direito à saúde dos refugiados e migrantes também protegido por convenções internacionais, e o ODS3 tem por meta alcançar o acesso à saúde de qualidade para todas as pessoas até 2030.

* Algumas observações e conclusões ressaltadas durante o curso:
  + - O UNICEF mantem uma equipe de nacionalidade venezuelana nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Boa Vista para o atendimento da população refugiada e migrante;
    - Há desafios importantes na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST). Nota-se que a adesão aos tratamentos por parte da população venezuelana é difícil;
    - As taxas de IST/Sífilis/HIV são altas. É necessária a parceria das secretarias de saúde com as OSC para promover o autoteste de IST;
    - A adesão à vacinação pela população refugiada e migrante é consideravelmente baixa. Podemos pensar em possíveis soluções como campanha massiva de vacinação, trabalho de conscientização, sensibilização dos profissionais de saúde;
    - Os horários limitados das UBS dificultam o acesso. Muitas fecham no horário do almoço e trabalhadores tem dificuldade de liberação do trabalho nos horários comerciais;
    - Questões culturais, morais e religiosas resultam em exclusão em vez de promover o respeito a valores diferentes;
    - O preconceito, estigma e discriminação inibem a adesão ao tratamento, tanto do HIV como de outros agravos;
    - Há um alto número de casos de AIDS por falta de diagnóstico ou de adesão ao tratamento antirretroviral.

Algumas das barreiras que pudemos perceber em relação à saúde foram as seguintes:

A dificuldade de compreensão do idioma português, o desconhecimento sobre o sistema de saúde (SUS) e da assistência social (SUAS), a orientação sexual, a identidade de gênero, a raça, a origem (refugiados e migrantes) e recursos financeiros.

1. **Recomendações para abordar os desafios e as oportunidades**

Um conjunto de recomendações, reunido pelos participantes, ao longo das 60h do curso de extensão, segue abaixo. Essas recomendações têm por objetivo contribuir com os tomadores de decisão na elaboração de políticas públicas e ações voltadas a um melhor acesso das pessoas refugiadas e migrantes, sobretudo, aos serviços de saúde e educação.

* 1. **Aos gestores da educação**

1. Investir na formação de professores/as da educação básica e do Ensino Médio, considerando o contexto migratório;
2. Considerar a Educação bilíngue como resposta ao novo contexto migratório e transfronteiriço, visto que em Bonfim, município que faz fronteira com a Guiana Inglesa, já é uma realidade com o inglês, idioma falado no país fronteiriço;
3. Ampliar o debate sobre a Educação Intercultural e as práticas de trocas culturais a partir da Educação;
4. Elaborar campanhas de conscientização sobre o tráfico de crianças e adolescentes, visto que muitas crianças se deslocam sozinhas até a escola;
5. Criar um grupo de trabalho nas escolas para atendimento de crianças, adolescentes e responsáveis migrantes, visando a adaptação, o combate a evasão escolar e a inclusão na comunidade escolar;
6. Pensar estratégias de reforço escolar nas comunidades migrantes e abrigos;
7. Controlar e garantir em abrigos e ocupações espontâneas que as crianças e adolescentes estejam inscritas nas escolas;
8. Assegurar o transporte e refletir sobre a segurança de crianças e adolescentes que se deslocam a pé e sozinhas para a escola, pensando em transportes públicos de qualidade ou em estratégias de matrícula de acordo com o bairro da moradia de cada criança.
   1. **Aos gestores da saúde**
9. Realizar ações de formação permanente para agentes humanitários e comunitários considerando a metodologia das trajetórias de vida como uma estratégia de acolhimento humanitário e empático;
10. Considerar as especificidades de cada categoria migratória e suas demandas, especialmente os povos indígenas, mulheres e meninas, pessoas LGBTQIAPN+ e outras pessoas mais vulneráveis em situação de deslocamento;
11. Considerar a barreira linguística quando do acesso aos serviços de saúde;
12. Manter a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos nos espaços de acolhimento e engajamento dos migrantes;
13. Ampliar os serviços de saúde pública, para atender a demanda de migrantes e refugiados;
14. Fortalecer visitas de agentes da saúde nos abrigos, ocupações espontâneas e na rua para o atendimento mais amplo de migrantes e refugiados;
15. Criar uma estratégia de divulgação dos serviços oferecidos no SUS, como por exemplo, a criação de uma cartilha explicativa em espanhol;
16. Investir em campanhas de vacinação educativas, esclarecendo sobre as vacinas e sua importância em abrigos, ocupações espontâneas, na rua, etc.;
    1. **Aos legisladores**
17. Intensificar a mobilização em torno da urgência das políticas públicas migratórias em Roraima;
18. Acompanhar as ações do Comitê Intersetorial de Atenção a Migrantes, Refugiados e Apátridas;
19. Incidir nas possibilidades de acesso à Educação Superior e técnica (desburocratizar e desonerar a revalidação de diplomas e do reconhecimento ao histórico escolar de origem);
20. Desenvolver políticas públicas voltadas para as demandas da população LGBTQIAPN+, indígenas e outras populações vulneráveis;
21. Adotar medidas de enfrentamento à violência contra mulheres migrantes, considerando as interseccionalidades dessas mulheres;
22. Desenvolver políticas públicas no eixo da saúde e na educação voltadas às demandas da terceira idade;
23. Incentivar ações e políticas públicas sobre atenção psicossocial para a população migrante e refugiada;
24. Desenvolver ações e estratégias para o acolhimento e abrigamento de migrantes e refugiados em situação de rua;
25. Incentivar a criação de políticas de moradia permanente para migrantes e refugiados.